

pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, por satisfazerem as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, na alínea e) do n.º 1 do artigo 217.º e no n.º 6 do artigo 254.º do mesmo Estatuto:

Quadro de oficiais ADMAER:

Coronel:

TCOR ADMAER ADCN 070945-L, João Manuel Vargas Inácio, EMFADI.

TCOR ADMAER Q 071775-E, João Augusto Duarte Mata, EMFA.

O primeiro oficial mantém-se na situação de adido em comissão normal, ao abrigo do artigo 191.º do EMFAR, e o segundo oficial ocupa a vaga em aberto no respectivo quadro especial pela passagem à situação de adido em comissão normal do COR ADMAER 023198-D, Francisco Manuel de Sampaio Hilário, verificada em 15 de Outubro de 2007.

Contam a antiguidade e os efeitos administrativos desde 15 de Outubro de 2007.

São integrados no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

16 de Outubro de 2007. — O Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, *Luis Evangelista Esteves de Araújo*, general.

Comando de Pessoal da Força Aérea

Direcção de Pessoal

Portaria n.º 1063/2007

Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o oficial em seguida mencionado passe à situação de reserva, por declaração expressa, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 152.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 166/2005, de 23 de Setembro, considerando os n.ºs 2 e 6 do artigo 3.º do último diploma:

Quadro de oficiais TOCART:

COR TOCART Q 012876-H, Carlos Manuel de Sá Barbosa, EMFA.

Conta esta situação desde 11 de Outubro de 2007.

11 de Outubro de 2007. — Por subdelegação do Comandante do Pessoal da Força Aérea, após delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Director, *Américo Vilarinho Fernandes Alves*, MGEN/PILAV.

Portaria n.º 1064/2007

Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o oficial em seguida mencionado passe à situação de reserva, por declaração expressa, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 152.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 166/2005, de 23 de Setembro, considerando os n.ºs 2 e 6 do artigo 3.º do último diploma:

Quadro de oficiais ADMAER:

COR ADMAER SUPRA 031480-D, Amândio Amador Pires Pinelo, CPESFA.

Conta esta situação desde 15 de Outubro de 2007.

15 de Outubro de 2007. — Por subdelegação do Comandante do Pessoal da Força Aérea, após delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Director, *Américo Vilarinho Fernandes Alves*, MGEN/PILAV.

Portaria n.º 1065/2007

Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o oficial em seguida mencionado passe à situação de reserva, por declaração expressa, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 152.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, e pelo Decreto-Lei

n.º 166/2005, de 23 de Setembro, considerando os n.ºs 5 e 6 do artigo 3.º do último diploma:

Quadro de oficiais TODCI:

TCOR TODCI Q 033770-G, Manuel Alfredo Morais Benigno, COFA.

Conta esta situação desde 16 de Outubro de 2007.

16 de Outubro de 2007. — Por subdelegação do Comandante do Pessoal da Força Aérea, após delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Director, *Américo Vilarinho Fernandes Alves*, MGEN/PILAV.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 22 985/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Julho de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização a Gilberto Tavares Gomes Fernandes, natural de Bissau, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 15 de Agosto de 1978, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

6 de Outubro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 22 986/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 5 de Maio de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização a Armindo Soares Felix, natural de Nossa Senhora de Fátima, República Democrática de São Tomé e Príncipe, de nacionalidade santomense, nascido em 26 de Novembro de 1964, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

6 de Outubro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E DA JUSTIÇA

Despacho n.º 26 867/2007

O XVII Governo Constitucional tem como um dos seus objectivos a modernização do sistema judicial, sendo a segurança dos tribunais uma das medidas elencadas para cumprir esse propósito. O sistema de segurança nos tribunais tem como principal missão garantir aos magistrados, funcionários e outro pessoal em serviço a serenidade e a tranquilidade necessárias na tomada de uma decisão. Sendo embora várias as medidas já executadas quer na segurança activa quer na segurança passiva dos tribunais impõem-se todavia a concepção de um esquema mais funcional, articulado e eficaz para a tomada de decisões nesta matéria, sempre que esteja em causa a segurança dos magistrados por força do exercício das suas funções. Para tal determina-se o seguinte:

1 — É criado, na dependência do Ministério da Administração Interna e do Ministério da Justiça, um grupo de trabalho, incumbido de apresentar uma proposta de regulamentação da segurança dos tribunais, composto por representantes dos vários serviços e organismos públicos relacionados com o tema.

2 — O grupo de trabalho tem por missão apresentar ao Gabinete do Ministro da Justiça e ao Gabinete do Ministro de Estado e da Administração Interna uma proposta de regulamentação da segurança dos tribunais. Nomeadamente, ao grupo de trabalho incumbirá apresentar uma proposta de gestão e organização do sistema de segurança nos tribunais, planeamento, orientação técnica, coordenação e avaliação da execução das políticas de segurança judicial.

3 — O grupo de trabalho é composto:

- a) Em representação do Conselho Superior da Magistratura, e com funções de coordenação, pelo Dr. Edgar Tabora Lopes;
- b) Em representação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, pela Dr.ª Guida Maria Coelho Jorge;
- c) Em representação da Procuradoria-Geral da República, pelo Dr. Carlos Manuel Carapeto Morgadinho Gago;
- d) Em representação do Gabinete Coordenador de Segurança, pelo subintendente Marco António Viegas Martins;
- e) Em representação da Guarda Nacional Republicana, pelo tenente-coronel José Manuel Lucas Pimenta;
- f) Em representação da Polícia de Segurança Pública, pelo subintendente Paulo Jorge Silva Onofre;
- g) Em representação da Direcção-Geral da Administração da Justiça, pela Dr.ª Maria Luísa Filipe.

4 — O mandato do grupo de trabalho inicia-se com a publicação do presente despacho e termina com a entrega da proposta.

5 — A apresentação da proposta deverá ocorrer no prazo de 90 dias após a publicação do presente despacho.

30 de Outubro de 2007. — O Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, *José Manuel dos Santos de Magalhães*. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Direcção-Geral das Actividades Económicas

Despacho n.º 26 868/2007

De acordo com o disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, a atribuição de *Excelente* na avaliação do desempenho, traduz-se no reconhecimento do mérito excepcional do trabalhador, sendo-lhe reconhecido o direito a promoção na respectiva carreira independentemente de concurso, caso esteja a decorrer o último ano do período de tempo necessário à promoção.

Tendo sido atribuída a avaliação de desempenho de *Excelente* no ano de 2006 à técnica superior de 1.ª classe Manuela Alexandra Robalo Morão Pissarra, nomeio-a técnica superior principal, da carreira técnica superior, em lugar de dotação global do quadro de pessoal da extinta Direcção-Geral da Concorrência e Preços, constante do mapa XI anexo à Portaria n.º 704/87, de 18 de Agosto, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.ºs 39/88, de 21 de Janeiro, 123/90, de 16 de Fevereiro, e 898/95, de 17 de Julho, área funcional de concorrência e preços, ao abrigo da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Outubro de 2007, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo.

31 de Outubro de 2007. — O Director-Geral, *Mário Lobo*.

Despacho n.º 26 869/2007

De acordo com o disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, a atribuição de *Excelente* na avaliação do desempenho traduz-se no reconhecimento do mérito excepcional do trabalhador, sendo-lhe reconhecido o direito a promoção na respectiva carreira independentemente de concurso, caso esteja a decorrer o último ano do período de tempo necessário à promoção.

Tendo sido atribuída a avaliação de desempenho de *Excelente* no ano de 2006 ao técnico superior de 1.ª classe João Miguel Vaz Alves Alexandre, nomeio-o técnico superior principal, da carreira técnica superior, em lugar de dotação global do quadro de pessoal da extinta Direcção-Geral do Comércio, constante do mapa I anexo à Portaria n.º 783/93, de 6 de Setembro, ao abrigo da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Outubro de 2007, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo.

31 de Outubro de 2007. — O Director-Geral, *Mário Lobo*.

Despacho n.º 26 870/2007

De acordo com o disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, a atribuição de *Excelente* na avaliação do desempenho, traduz-se no reconhecimento do mérito

excepcional do trabalhador, sendo-lhe reconhecido o direito a promoção na respectiva carreira independentemente de concurso, caso esteja a decorrer o último ano do período de tempo necessário à promoção.

Tendo sido atribuída a avaliação de desempenho de *Excelente* no ano de 2006 à técnica superior de 1.ª classe Célia Alexandra Delgado da Silva, nomeio-a técnica superior principal, da carreira técnica superior, em lugar de dotação global do quadro de pessoal da extinta Direcção-Geral da Indústria, constante do mapa anexo à Portaria n.º 973/93, de 4 de Outubro, ao abrigo da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Outubro de 2007, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo.

31 de Outubro de 2007. — O Director-Geral, *Mário Lobo*.

Despacho n.º 26 871/2007

De acordo com o disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, a atribuição de *Excelente* na avaliação do desempenho traduz-se no reconhecimento do mérito excepcional do trabalhador, sendo-lhe reconhecido o direito a promoção na respectiva carreira independentemente de concurso, caso esteja a decorrer o último ano do período de tempo necessário à promoção.

Tendo sido atribuída a avaliação de desempenho de *Excelente* no ano de 2006 à técnica superior principal Ana Paula Gonçalves Sobral Gomes, nomeio-a assessora da carreira técnica superior, em lugar de dotação global do quadro de pessoal da extinta Direcção-Geral da Indústria, constante do mapa anexo à Portaria n.º 973/93, de 4 de Outubro, ao abrigo da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Outubro de 2007, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo.

31 de Outubro de 2007. — O Director-Geral, *Mário Lobo*.

Despacho n.º 26 872/2007

De acordo com o disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, a atribuição de *Excelente* na avaliação do desempenho traduz-se no reconhecimento do mérito excepcional do trabalhador, sendo-lhe reconhecido o direito a promoção na respectiva carreira independentemente de concurso, caso esteja a decorrer o último ano do período de tempo necessário à promoção.

Tendo sido atribuída a avaliação de desempenho de *Excelente* no ano de 2006 à assessora Joaquina Vedor Caleiro Mata Carrelha, nomeio-a assessora principal da carreira técnica superior, em lugar de dotação global do quadro de pessoal da extinta Direcção-Geral da Concorrência e Preços, constante do mapa XI anexo à Portaria n.º 704/87, de 18 de Agosto, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.ºs 39/88, de 21 de Janeiro, 123/90, de 16 de Fevereiro, e 898/95, de 17 de Julho, área funcional de concorrência e preços, ao abrigo da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Outubro de 2007, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo.

31 de Outubro de 2007. — O Director-Geral, *Mário Lobo*.

Despacho n.º 26 873/2007

De acordo com o disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, a atribuição de *Excelente* na avaliação do desempenho traduz-se no reconhecimento do mérito excepcional do trabalhador, sendo-lhe reconhecido o direito a promoção na respectiva carreira independentemente de concurso, caso esteja a decorrer o último ano do período de tempo necessário à promoção.

Tendo sido atribuída a avaliação de desempenho de *Excelente* no ano de 2006 à assessora Anabela Figueiras Neves da Silva Farmhouse, nomeio-a assessora principal da carreira técnica superior, em lugar de dotação global do quadro de pessoal da extinta Direcção-Geral da Concorrência e Preços, constante do mapa XI anexo à Portaria n.º 704/87, de 18 de Agosto, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.ºs 39/88, de 21 de Janeiro, 123/90, de 16 de Fevereiro, e 898/95, de 17 de Julho, área funcional de concorrência e preços, ao abrigo da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Outubro de 2007, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo.

31 de Outubro de 2007. — O Director-Geral, *Mário Lobo*.